

A relação anual de informações sociais (RAIS) e o mercado formal de trabalho no Brasil: uma nota *

JOÃO L. M. SABOIA **
RICARDO M. L. TOLIPAN **

O artigo faz uma análise comparativa dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) com o universo equivalente da PNAD e do Censo Industrial. Busca-se aquilatar, deste modo, a representatividade desta nova base de dados sobre o mercado formal de trabalho. O artigo conclui pela compatibilidade entre as fontes comparadas e pela representatividade elevada dos dados da RAIS, sobretudo nas regiões desenvolvidas do país e nos setores onde as relações formais de trabalho são mais frequentes.

1 — A RAIS

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) foi criada pelo Decreto 76.900, de 23 de dezembro de 1975. A partir de 1976, todos os empregadores ficaram obrigados a fornecer, anualmente, uma série de dados sobre os empregados com os quais mantiveram vínculo empregatício no ano-base.

O material disponível relativo à RAIS permite que seja feita uma série de cortes analíticos considerando os seguintes aspectos: região; setor econômico; tamanho do estabelecimento; ocupação; sexo; grau de instrução; faixa etária; etc. Os dados referem-se a informações relativas a empregos, estabelecimentos, rotatividade e remuneração.

Devido à riqueza de informações prestadas e à periodicidade anual dos dados, a RAIS apresenta um enorme potencial para aqueles interessados em questões referentes ao mercado formal de trabalho no Brasil,¹ restando apenas verificar o grau de confiabilidade dos seus dados.

* Este trabalho foi financiado pelo Programa Nacional de Pesquisa Econômica (PNPE). Uma versão preliminar foi apresentada no XII Encontro Nacional de Economia patrocinado pela ANPEC (São Paulo, dezembro de 1984). Agradecemos os comentários feitos naquela ocasião por Ricardo Lima.

** Do IEI/UFRJ.

¹ Para maiores detalhes sobre a RAIS, ver o "Manual de Orientação da RAIS". Com relação a todas as estatísticas relativas à RAIS mencionadas nesta nota, ver as publicações anuais do Ministério do Trabalho referentes ao período 1980/83.

Em nossa opinião, a qualidade da RAIS melhorou consideravelmente desde 1976, apresentando hoje uma excelente cobertura do mercado formal de trabalho. Partindo de 11.289.373 empregos em 31 de dezembro de 1976, ao final de 1980 ela já apresentava 17.086.650 empregos. Desde então, o emprego coberto pela RAIS tem apresentado pequenas variações: 17.215.283 em 1981, 17.958.584 em 1982 e 17.766.009 em 1983. Em termos de estabelecimentos, foram levantados 902.069 em 1980, 937.942 em 1981, 985.792 em 1982 e 1.012.094 em 1983.

A experiência de um dos autores, ao trabalhar com a RAIS nos últimos três anos, tem mostrado uma boa consistência em seus dados. Uma das maiores dificuldades parece ser exatamente o aumento da cobertura da RAIS, que dificulta a comparação temporal, especialmente quando se procura determinar o nível absoluto do emprego. Os dados, entretanto, têm-se mantido compatíveis ao longo do início da década de 80. Um dos problemas a ser contornado é o emprego da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) por parte das empresas, que dá margem a uma utilização muito subjetiva pelos funcionários encarregados de preencher o questionário da RAIS. Este fato fica bem nítido quando se trabalha com tabulações da CBO em nível mais desagregado. Pode-se também especular sobre a não atualização, a cada ano, de alguns dados referentes aos empregados, como, por exemplo, grau de instrução. Dadas as elevadas taxas de rotatividade existentes no setor privado, acreditamos que este problema seja mais importante para os empregados da administração pública.

Discutiremos, em seguida, a representatividade dos dados da RAIS nos últimos anos, comparando-a com duas importantes fontes de informações sobre emprego: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e o Censo Industrial de 1980.²

2 — RAIS x PNAD

Para se ter uma noção sobre a representatividade dos dados da RAIS relativamente ao mercado de trabalho, é interessante verificar como se distribui a população ocupada no Brasil. Segundo a PNAD, 65,0% da população ocupada em 1983 eram constituídos de empregados. Destes, 16.628.754 possuíam carteira assinada e 14.878.154 não. O segundo contingente mais numeroso corresponde aos trabalhadores por conta própria

² É claro que outras fontes de dados poderiam ser utilizadas para efeito de comparação com a RAIS. Entre elas, podemos mencionar os indicadores conjunturais da indústria do IBGE, os índices industriais da FIESP, etc. A PNAD e o Censo Industrial, entretanto, devido a seu caráter de abrangência, além da qualidade inquestionável de seus dados, nos parecem suficientes para os objetivos deste trabalho. Entretanto, no curto espaço desta nota optou-se pela não divulgação das tabelas da PNAD e do Censo Industrial que completam o quadro das estatísticas aqui utilizadas.

— 10.962.352 —, representando 22,6% do total. Seguem-se os trabalhadores sem remuneração (9,3%) e, finalmente, os empregadores (3,1%).

Os dados da RAIS, por outro lado, mostram que, dos 17.766.009 empregos levantados em 1983, 14.976.080 (85,1%) correspondiam a trabalhadores contratados segundo a CLT. Em seguida vêm os estatutários com remuneração (11,8%). Os restantes representam percentuais mínimos, ou são empregados em licença pelo INPS. Verifica-se, portanto, que a imensa maioria dos empregos da RAIS corresponde a trabalhadores com carteira assinada. A principal exceção são os estatutários, os quais não possuem carteira assinada, representando, entretanto, pouco mais de 10% do emprego total da RAIS.

A melhor aproximação entre os dados da RAIS e da PNAD corresponde, neste último caso, aos trabalhadores com carteira assinada. É claro que devemos esperar algumas discrepâncias. Em primeiro lugar, a RAIS apresenta informação sobre *empregos* em vez de *empregados*. Como um mesmo trabalhador pode, eventualmente, ocupar simultaneamente mais de um emprego, teoricamente o número de empregos deveria ser superior ao de empregados. De qualquer forma, esta situação não é comum, não devendo acarretar grandes diferenças. A segunda questão é mais importante, e já foi apontada acima, referindo-se aos empregados estatutários. Estes são cobertos pela RAIS, não possuindo, entretanto, carteira assinada. Em 1983, os estatutários ocupavam cerca de dois milhões de empregos. Portanto, ao compararmos os dados da RAIS com aqueles da PNAD, correspondentes a trabalhadores com carteira assinada, deveríamos encontrar um total superior para o primeiro grupo relativamente ao segundo. Isto efetivamente ocorre — 17.766.009 para a RAIS e 16.628.754 para a PNAD em 1983 —, embora a diferença seja inferior à que se poderia esperar.

Vejamos como se apresentavam os percentuais de empregados com carteira assinada para as sete regiões da PNAD em 1983. Nas regiões mais desenvolvidas, a maioria dos empregados possui carteira assinada. Este é o caso do Distrito Federal (69,3%), São Paulo (66,6%), Rio de Janeiro (63,8%) e região Sul (63,1%). A média nacional é de 52,8% dos empregados com carteira assinada. A região Nordeste é aquela a apresentar o percentual mais baixo de empregados com carteira assinada — apenas 33,1%. As outras regiões possuem uma situação intermediária. Estes dados mostram que o potencial de cobertura da RAIS para o total de empregados das várias regiões é mais elevado nos centros mais desenvolvidos do país.

A distribuição setorial dos empregados com carteira assinada é bastante diversificada. Em alguns casos, o percentual de empregados nesta situação é extremamente elevado. Entre eles podemos mencionar, em 1983, a indústria de transformação (84,2%), os serviços de transporte e de comunicação (84,1%) e outras atividades (instituições financeiras, comércio e administração de imóveis e valores mobiliários, organizações estrangeiras, etc.) (91,8%). Em outros setores, o percentual é muito baixo, destacando-se a agricultura (10,7%), a indústria de construção (33,3%) e a prestação de serviços (34,4%). No caso da administração pública, o baixo

percentual de empregados com carteira assinada (43,5%) deve-se ao elevado número de trabalhadores estatutários. Nos setores restantes, os percentuais atingem valores moderados (entre 60 e 80%).

Passando-se à comparação mais detalhada entre os dados da RAIS e da PNAD, vejamos, inicialmente, como se apresenta o quadro regional. Na maioria das regiões, o número de empregos levantados pela RAIS supera o de empregados com carteira assinada da PNAD no triênio 1981/83. Isto é notado com mais nitidez no Distrito Federal e no Rio de Janeiro. Nas regiões menos desenvolvidas, a cobertura da RAIS ainda é um pouco deficiente, observando-se, entretanto, uma tendência de melhoria entre 1981 e 1983. Este é o caso da região Nordeste, onde os empregos da RAIS e os empregados com carteira assinada da PNAD praticamente se igualaram em 1982, e das regiões Norte e Centro-Oeste, onde os empregos da RAIS superaram o total de empregados com carteira assinada da PNAD somente em 1983. Em todas as regiões, a relação entre empregos na RAIS e empregados com carteira assinada na PNAD elevou-se no período (Tabela 1).

Cabe observar que, sendo a PNAD realizada nos domicílios dos trabalhadores, enquanto a RAIS é fornecida pelas empresas (local de trabalho), é possível a ocorrência de uma certa discrepância regional entre as duas fontes de dados. Este talvez seja o caso no Distrito Federal, que funciona como pólo de atração para os habitantes das regiões próximas do Estado de Goiás. De qualquer forma, acreditamos que a relação mais elevada entre os dados da RAIS e da PNAD no Distrito Federal seja resultante do elevado número de funcionários públicos em Brasília, que são cobertos pelos dados da RAIS, mas não aparecem entre os empregados com carteira assinada na PNAD.

Na análise setorial comparativa entre os dados da RAIS e da PNAD encontramos algumas dificuldades. Este fato se deve à forma de agregação utilizada pelas duas fontes. Enquanto a primeira apresenta os dados agrupados segundo a codificação do CGC/MF, a PNAD utiliza a classificação do IBGE.³ Qualquer tentativa de comparação entre as duas fontes de dados é imperfeita.

Vejamos agora como se dá, comparativamente, a distribuição setorial dos dados da RAIS e da PNAD para empregados com carteira assinada. As maiores divergências são encontradas na administração pública, onde os totais da RAIS foram quatro vezes superiores aos da PNAD em 1983. Isto se deve, em primeiro lugar, aos empregados estatutários, listados na RAIS mas ausentes do conjunto de empregados com carteira assinada da PNAD. Além disso, uma série de atividades agrupadas na administração pública na RAIS é transferida para outros setores na PNAD. Este é o caso,

³ A agregação original da PNAD é feita em 11 grandes setores. Cabe, entretanto, observar que nos questionários da PNAD existe uma única pergunta relativa à ocupação exercida pelo empregado e uma outra referente ao local de trabalho, as quais nos parecem muito genéricas para permitir uma classificação setorial rigorosa.

TABELA 1

Empregados com carteira assinada (PNAD) e empregos (RAIS) por região: Brasil - 1981, 1982 e 1983

Regiões	1981			1982			1983		
	Empregados com carteira (PNAD)	Empregos (RAIS)	Relação (RAIS/PNAD)	Empregados com carteira (PNAD)	Empregos (RAIS)	Relação (RAIS/PNAD)	Empregados com carteira (PNAD)	Empregos (RAIS)	Relação (RAIS/PNAD)
Rio de Janeiro	2.394.482	2.599.894	1,086	2.354.698	2.635.494	1,120	3.295.539	2.556.626	1,114
São Paulo	5.778.686	5.916.245	1,024	5.972.448	6.080.894	1,018	5.739.258	5.923.469	1,032
Sul	2.962.634	3.035.913	1,025	3.076.488	3.186.326	1,036	2.895.337	3.125.782	1,080
Minas Gerais e Espírito Santo	1.810.804	1.833.733	1,013	1.824.710	1.912.661	1,049	1.721.539	1.870.404	1,086
Nordeste	2.681.906	2.495.046	0,930	2.678.370	2.679.417	1,000	2.573.237	2.710.477	1,053
Distrito Federal	281.924	255.924	1,262	303.165	365.409	1,205	306.686	428.662	1,398
Norte e Centro-Oeste	1.049.846	969.893	0,924	1.110.218	1.085.788	0,978	1.097.158	1.146.872	1,045
Total	16.960.262	17.215.283	1,015	17.320.097	17.958.684	1,037	16.628.754	17.766.009	1,068

FONTES: PNAD e RAIS - 1981, 1982 e 1983.

por exemplo, dos empregados em estabelecimentos da previdência social, do ensino público, etc., que estão agrupados no ramo de prestação de serviços na PNAD.⁴

A cobertura da RAIS é insatisfatória no ramo de atividades agrícolas, onde os empregos por ela levantados em 1983 representavam apenas a metade dos empregados com carteira assinada segundo a PNAD. A indústria de transformação, por outro lado, apresenta uma excelente cobertura na RAIS, correspondendo a 86,2% dos empregados com carteira assinada levantados pela PNAD neste setor em 1983. Também no comércio, transporte e comunicação há uma boa aproximação entre as duas fontes de dados. No caso do comércio, os totais levantados pela RAIS superaram ligeiramente os da PNAD durante todo o triênio 1981/83.

Concluindo, pode-se afirmar que, apesar de serem levantados a partir de métodos absolutamente distintos, há uma grande coerência entre os dados levantados pela RAIS e pela PNAD, especialmente quando se trata das regiões mais desenvolvidas e daqueles setores onde a participação dos empregados com carteira assinada é mais elevada. As maiores discrepâncias são encontradas nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste e no setor agrícola.

3 — RAIS x Censo Industrial

A análise comparativa dos dados da RAIS, na parte referente à indústria, pode ser feita com bastante precisão utilizando-se o Censo Industrial do IBGE. A comparação, entretanto, deve ser feita com uma certa precaução, uma vez que os conceitos de estabelecimento da RAIS e do Censo são bastante distintos. O IBGE considera como estabelecimento cada uma das unidades de produção ou de apoio à produção e de serviços de natureza industrial, mesmo quando funcionando em um mesmo endereço. Isto ocorre, por exemplo, quando coexistem em um mesmo local duas ou mais unidades, utilizando matérias-primas diferentes ou processos de fabricação diversos. O critério utilizado pela RAIS baseia-se no Cadastro Geral dos Contribuintes do Ministério da Fazenda, considerando-se como estabelecimentos as unidades de cada empresa separadas espacialmente, isto é, com endereços distintos. Portanto, para cada estabelecimento da RAIS corresponde um ou mais estabelecimentos no Censo Industrial.

A classificação dos estabelecimentos segundo os diversos ramos industriais é feita de forma análoga nas duas fontes de dados, utilizando-se o produto (atividade) principal. Entretanto, como os estabelecimentos estão

⁴ A PNAD apresenta as classificações "prestação de serviços", "serviços auxiliares" e "atividades sociais", que, para efeito de comparação com os dados da RAIS, foram agrupados sob o título de "prestação de serviços". Com isto, procuramos tornar as duas fontes um pouco mais compatíveis entre si.

mais desagregados no Censo Industrial do IBGE do que na RAIS, é de se esperar que a distribuição do emprego pelos vários ramos industriais também seja distinta. Exemplificando: um trabalhador que esteja classificado, segundo a RAIS, em um determinado ramo industrial, pode ser considerado, no Censo, como pertencente a um outro ramo ou até mesmo a uma unidade de apoio à produção. Além disso, as atividades administrativas estão classificadas à parte no Censo, enquanto no caso da RAIS elas muitas vezes estão incluídas nos próprios estabelecimentos industriais. O levantamento da RAIS inclui também os estabelecimentos da indústria de construção e utilidade pública, enquanto o Censo Industrial está restrito às indústrias extrativa mineral e de transformação.

A discussão acima mostra que, quando comparados segundo os diversos ramos de atividade industrial, deve-se esperar discrepâncias entre os dados da RAIS e do Censo Industrial. Entretanto, quando considerado o conjunto das indústrias extrativas mineral e de transformação, deve ocorrer uma aproximação. Caso contrário, poderíamos atribuir as diferenças a uma possível deficiência no levantamento da RAIS relativamente ao Censo.

A data dos levantamentos efetuados, tanto pela RAIS de 1980 quanto pelo último Censo Industrial, refere-se a 31 de dezembro de 1980. Como esperado, o total de estabelecimentos levantados pelo Censo (211.421) é consideravelmente superior ao da RAIS (133.437). No caso do emprego, entretanto, ocorre um resultado bastante coerente. O Censo obteve 4.890.722 empregados para a indústria extrativa mineral e os 21 gêneros da indústria de transformação, além de 113.800 empregados em unidades de apoio e de serviços de caráter industrial e 232.001 empregados em unidades administrativas, totalizando 5.236.523 empregados. A RAIS, por outro lado, levantou 5.049.794 empregos naquele ano. Portanto, o número de empregados levantados pelo Censo Industrial supera o total de empregos da RAIS em apenas 3,7%. Cabe observar que parte desta diferença pode ser atribuída ao emprego em atividades de administração das empresas industriais, quando ocorre em locais distintos da produção propriamente dita. Neste caso, o Censo classifica estes empregados como pertencentes às atividades administrativas, enquanto a RAIS os incorpora no setor de serviços. Podemos concluir, portanto, que para os dados globais existe uma grande aproximação entre as duas fontes.

A análise segundo ramos de atividade da indústria apresenta, em geral, as diferenças esperadas *a priori*. Em apenas cinco casos o número de estabelecimentos levantados pelo Censo foi inferior ao da RAIS: metalurgia; borracha; produtos farmacêuticos e veterinários; produtos de matérias plásticas; e diversas. Para produtos minerais não-metálicos e produtos alimentares o total de estabelecimentos obtidos pelo Censo foi superior ao dobro da RAIS. Com relação ao emprego, em apenas seis ramos o Censo superou a RAIS: produtos minerais não-metálicos; mecânica; madeira; mobiliário; vestuário, calçados e artefatos de tecidos; e produtos alimentares. Na grande maioria ocorreu o inverso, visto que muitos empregos classificados nos diversos ramos pela RAIS estão agrupados nas atividades administrativas ou de apoio industrial no Censo.

Apesar de utilizarem metodologias distintas, a diferença entre o número de empregados no Censo Industrial e o emprego na RAIS é relativamente pequena na maioria dos ramos industriais analisados (Tabela 2).

A comparação entre os dados regionais do Censo Industrial e da RAIS não apresenta surpresas. O grau de coerência entre as duas fontes é maior nos centros mais industrializados do País, sendo a cobertura da RAIS relativamente precária nas regiões menos desenvolvidas. O emprego levantado pela RAIS é maior do que o número de empregados encontrado pelo Censo no Rio de Janeiro e em São Paulo. Os dados também estão muito próximos na região Sul e em Minas Gerais e Espírito Santo. Os totais do Censo superam os da RAIS em 16,7% no Nordeste, 45,6% nas regiões Norte e Centro-Oeste e 57,3% no Distrito Federal (Tabela 3).

TABELA 2

Estabelecimentos e emprego industrial segundo ramos de atividade, de acordo com o Censo Industrial e a RAIS: Brasil — 1980

Ramos de atividade	Censo de 1980		RAIS de 1980		Relação (Censo/RAIS)	
	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos
Extração e tratamento de minerais	4.541	86.313	4.036	125.395	1,125	0,688
Produtos minerais não-metálicos	43.170	437.405	14.470	309.205	2,983	1,415
Metalurgia	14.407	531.729	15.419	656.874	0,934	0,809
Mecânica	9.748	538.146	7.014	395.306	1,390	1,361
Material elétrico e de comunicação	3.337	243.494	3.069	296.565	1,087	0,821
Material de transporte	3.938	281.272	2.565	375.319	1,535	0,749
Madeira	21.018	263.004	13.161	212.302	1,597	1,239
Mobiliário	12.667	174.685	9.273	152.658	1,366	1,144
Papel e papelão	1.704	107.433	1.599	131.855	1,066	0,815
Borracha	1.273	56.476	1.333	61.828	0,955	0,913
Couros, peles e produtos similares	1.635	42.237	1.490	47.858	1,097	0,883
Química	3.419	163.227	3.108	214.115	1,100	0,762
Produtos farmacêuticos e veterinários	492	34.008	648	56.296	0,759	0,604
Perfumaria, sabões e velas	929	25.379	784	28.092	1,185	0,903
Produtos de matérias plásticas	2.651	118.852	3.313	147.292	0,800	0,807
Têxtil	6.062	377.600	5.258	464.873	1,152	0,812
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	15.338	459.869	15.101	404.064	1,016	1,138
Produtos alimentares	43.366	622.062	16.649	577.321	2,605	1,077
Bebidas	2.925	58.512	1.956	89.270	1,495	0,655
Fumo	219	18.183	198	20.070	1,106	0,906
Editorial e gráfica	8.328	142.078	7.269	142.161	1,146	0,999
Diversas	4.209	108.758	5.834	141.075	0,721	0,771
Subtotal	211.421	4.890.722	133.547	5.049.794	1,583	0,968
Unidades de apoio e de serviços de caráter industrial	2.737	113.800	—	—	—	—
Unidades administrativas	9.844	232.001	—	—	—	—
Total	224.002	5.236.523	133.547	5.049.794	1,677	1,037

FONTES: Censo Industrial e RAIS — 1980.

TABELA 3

Emprego industrial segundo regiões, de acordo com o Censo Industrial e a RAIS: Brasil — 1980

Regiões	Empregados (Censo)	Empregos (RAIS)	Relação (Censo/RAIS)
Rio de Janeiro	480.286	526.036	0,913
São Paulo	2.287.045	2.499.053	0,915
Sul	971.847	938.157	1,036
Minas Gerais e Espírito Santo	465.756	446.199	1,044
Nordeste	553.284	474.269	1,167
Distrito Federal	13.397	8.518	1,573
Norte e Centro-Oeste	230.243	158.102	1,456
Total	5.004.522	5.049.794	0,991

FONTES: Censo Industrial e RAIS — 1980.

OBS.: Os dados do Censo Industrial excluem as unidades administrativas. Para efeito de comparação, foram omitidos os dados das indústrias de construção e de utilidade pública da RAIS.

Em resumo, pode-se concluir que os dados para o conjunto da indústria extrativa mineral e de transformação, baseados em informações do Censo Industrial e da RAIS em 1980, apresentam um grau de coerência bastante satisfatório, especialmente nas regiões mais desenvolvidas, o que justifica amplamente a utilização da RAIS para estudos sobre o mercado formal de trabalho na indústria.

4 — Conclusão

Como vimos, a RAIS configura uma base estatística nova, de origem institucional, que vem diversificar o elenco de dados disponíveis sobre o mercado formal de trabalho no Brasil, e cuja qualidade parece ter atingido um grau satisfatório.

O fato de ela fornecer uma grande variedade de informações sobre os empregados, a partir de questionários preenchidos pelas próprias empresas, aliado à sua periodicidade anual, a transforma num excelente instrumento de análise de curto e longo prazo do mercado de trabalho

brasileiro. Sua utilização, em conjunto com os dados da Lei 4.923,⁵ permite, inclusive, um acompanhamento mensal do nível de emprego no setor formal da economia.

A compatibilidade que verificamos entre a RAIS e duas outras importantes fontes de dados sobre mão-de-obra — a PNAD e o Censo Industrial — é duplamente feliz: de um lado, porque permite melhorar e calibrar informações da própria RAIS; e, de outro, porque permite completar e ampliar o universo de informações à disposição do investigador.

Os dados da RAIS mostram, neste início da década de 80, um alto grau de cobertura, como atenta a comparação com a PNAD e o Censo Industrial. Este fato é especialmente verdadeiro nas regiões mais desenvolvidas do país e naqueles setores onde as relações formais de trabalho são mais freqüentes. No caso da indústria de transformação, a cobertura da RAIS, relativamente aos empregados com carteira assinada, atingiu um nível bastante elevado.

A qualidade do instrumento estatístico que representa a RAIS lembra a importância de sua ampla divulgação. Tanto o trabalho científico quanto a própria sociedade se beneficiariam de um melhor acesso a suas informações, atualmente muito irregular e demorado.

(Originais recebidos em setembro de 1984. Revistos em fevereiro de 1985.)

⁵ Os dados da Lei 4.923 são processados pelo Ministério do Trabalho e publicados mensalmente no informe "Conjuntura do Emprego Urbano". Esta fonte de informação registra a cada mês as admissões e desligamentos ocorridos nas empresas regidas pela CLT.